

Diário do Legislativo de 05/11/1997

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende

1º-Secretário: Elmo Braz

2º-Secretário: Ivo José

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves*

4º-Secretário: Dilzon Melo

5º-Secretário: Maria Olívia

* Afastado do exercício do mandato por investidura no cargo de Secretário de Estado

LIDERANÇAS

Liderança do Governo

Líder: Péricles Ferreira

Vice-Líderes: José Bonifácio - José Braga - Sebastião Costa

Liderança da Maioria

Líder: Ajalmar Silva

Liderança da Minoria

Líder: Dimas Rodrigues

Liderança do Bloco Social Progressista (PPB, PSD e PSN)

Líder: Sebastião Helvécio

Vice-Líderes: Dinis Pinheiro e Miguel Martini

Liderança do Bloco da Maioria (PSDB, PTB e PL)

Líder: Mauri Torres

Vice-Líderes: Roberto Amaral - Aílton Vilela - Elbe Brandão - Olinto Godinho

Liderança do Bloco Liberal (PFL e PPS)

Líder: Wilson Pires

Vice-Líderes: Wilson Trópia - Rêmoló Aloise

Liderança do Bloco Democrático Trabalhista (PMDB e PDT)

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: Antônio Júlio - Geraldo da Costa Pereira

Liderança do PTB

Líder: Paulo Schettino

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

Liderança do PMDB

Líder: Anderson Aداuto

Vice-Líderes: Antônio Andrade - Antônio Roberto

Liderança do PPB

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Antônio Genaro - Glycon Terra Pinto

Liderança do PSDB

Líder: Arnaldo Penna

Vice-Líderes: Carlos Pimenta - Elbe Brandão - Kemil Kumaira

Liderança do PT

Líder: Marcos Helênio

Vice-Líder: Gilmar Machado

Liderança do PDT

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Ivair Nogueira

Liderança do PFL

Líder: Bilac Pinto

Vice-Líderes: Djalma Diniz - Jorge Hannas

Liderança do PL

Líder: Ronaldo Vasconcellos

Liderança do PPS

Líder: Marco Régis

Liderança do PSD

Líder: Dinis Pinheiro

Vice-Líder: Miguel Barbosa

Liderança do PSN:

Líder: Miguel Martini

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária de Debates

1.2 - 66ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa, em 30/10/97

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA EM 3/11/97

Presidência do Deputado Ailton Vilela

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - Falta de "quorum" - ORDEM DO DIA.

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Geraldo Rezende - Ivo José - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Gil Pereira - José Braga - Luiz Fernando Faria - Maria José Hauelsen - Olinto Godinho - Péricles Ferreira - Ronaldo Vasconcellos.

Falta de "Quorum"

O Sr. Presidente (Deputado Ailton Vilela) - Às 20h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de "quorum", e convoca os Deputados para a reunião ordinária deliberativa de amanhã, dia 4, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.).

ATA DA 66ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 30/10/97

Presidência dos Deputados Romeu Queiroz e Ajalmar Silva

SUMÁRIO: COMPARECIMENTO - ABERTURA - Ata - Designação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Paulo Piau - Execução de música - Palavras do Reitor Marcelo Palmério - Entrega de placa - Assinatura de convênio - Palavras do Sr. Presidente - ENCERRAMENTO.

COMPARECIMENTO

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Adelmo Carneiro Leão - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Antônio Júlio - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Baldonado Napoleão - Bené Guedes - Bilac Pinto - Geraldo da Costa Pereira - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Jorge Hannas - José Henrique - José Maria Barros - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

ABERTURA

O Sr. Presidente (Deputado Ajalmar Silva) - Às 20h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Adelmo Carneiro Leão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Designação de Comissão

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - A Presidência designa os Deputados Cleuber Carneiro e Ajalmar Silva para, em comissão, conduzirem ao Plenário o homenageado, as autoridades e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Marco Paulo Dani, Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC - e representante do Governador Eduardo Azeredo; Marcelo Palmério, Magnífico Reitor da Universidade de Uberaba; Conselheiro Sylo Costa, representante do Tribunal de Contas do Estado; Cel. Heli Araújo Silveira, representante do Prefeito Municipal de Uberaba; Nelson Carlos Teixeira, representante da FIEMG; Cássio Eduardo Rosa Resende, Presidente da Casa de Uberaba em Belo Horizonte; Marcos Raymundo Pessoa Duarte, Presidente do BDMG; Unias Silva, representante da OAB de Uberaba.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear a Universidade de Uberaba pelo transcurso de seu 50º aniversário de fundação.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional. Executa-se o Hino Nacional.

Palavras do Deputado Paulo Piau

O Sr. Presidente - A Presidência vai passar a palavra ao Deputado Paulo Piau, autor do requerimento que suscitou a realização desta homenagem.

O Deputado Paulo Piau - Exmo. Sr. Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa; Exmo. Sr. Dr. Marco Paulo Dani, Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais e representante do Sr. Governador, Dr. Eduardo Azeredo; Exmo. Sr. Prof. Marcelo Palmério, Reitor da Universidade de Uberaba; Exma. Sra. Profa. Inês Maciel Vilela, representante da UEMG e do Prof. Aluísio Pimenta; Exmo. Sr. Dr. Sylo Costa, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado; Exmo. Sr. Heli Araújo Silveira, representante do Prefeito Municipal de Uberaba; Sr. Marcos Montes Cordeiro; Exmo. Sr. Dr. Nelson Carlos Teixeira, representante da FIEMG; Exmo. Sr. Dr. Cássio Eduardo Rosa Resende, Presidente da Casa de Uberaba em Belo Horizonte; Exmo. Sr. Dr. Marcos Raymundo Pessoa Duarte, Presidente do BDMG; Exmo. Sr. Dr. Unias Silva, representante da OAB de Uberaba, uberabenses presentes, imprensa, um retrospecto da atuação da Universidade de Uberaba, cujo cinquentenário de fundação ora comemoramos, mostra-nos como o idealismo e o desprendimento de alguém pode gerar frutos valiosos para muitos. Dizemos isso porque a trajetória de nossa homenageada de hoje está intimamente ligada à ação e à motivação de um brasileiro que foi grande em tudo o que fez: Mário Palmério, figura exponencial de nossa intelectualidade, mentor e impulsor da instituição que honra o complexo universitário nacional.

Antes, porém, de passarmos ao criador, Mário Palmério, e à sua criação grandiosa, a Universidade de Uberaba, gostaríamos de situá-los no tempo, no contexto da história da cidade que o primeiro dignificou e que a segunda vem projetando.

Podemos dizer, sem receio de incorrer em equívoco histórico, que a existência de Uberaba se completa em três distintas etapas: os primórdios, com a fundação, em meados do século passado, da pioneira Vila do Sertão da Farinha Podre; a consolidação, com o arrojo dos uberabenses empreendedores, ao trazer da distante Índia os espécimes bovinos da raça zebu, que a tornaram a capital brasileira da agropecuária; e a atualidade, com sua transformação em autêntico pólo regional, dotado, inclusive, de estrutura de ensino das mais avançadas do País.

Não faz muito tempo, pesquisas em âmbito nacional indicaram Uberaba como o município brasileiro mais adequado à recepção de novos investimentos, levando em conta sua excelente qualidade de vida, para a qual contribui, de modo decisivo, o complexo educacional existente. Vemos, assim, que os 50 anos da nossa Universidade são motivo de sobejo para que festejemos, porquanto a eles se vincula o próprio e auspicioso futuro da metrópole triangulina.

Foi no ano de 1947 que Mário Palmério, nascido na vizinha Monte Carmelo mas educado em Uberaba, obteve do Governo Federal autorização para o funcionamento da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, núcleo inicial da Universidade de Uberaba. Sete anos antes, havia ele implantado a célula "mater", ao fundar o Lyceu Triângulo, que inovou a realidade educacional uberabense por ser colégio de formação leiga, com corpo docente misto, direcionado para o ensino das ciências exatas, biológicas e humanas.

Ao Lyceu seguiu-se a Escola Técnica do Triângulo Mineiro, base do pioneiro curso odontológico. A este vieram juntar-se a Faculdade de Direito, a Faculdade de Engenharia, o Instituto de Ciências Humanas - abrangendo currículos de Pedagogia, Estudos Sociais e Psicologia -, o Curso Superior de Educação Física e o de Comunicação Social. Nos anos 80, Mário Palmério promoveu a fusão das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino com as Faculdades Integradas de Uberaba, alicerce do edifício maior, que é a Universidade de Uberaba. Merece destaque, nesse período, a criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, fruto de suas gestões junto ao então Presidente Juscelino Kubitschek.

Concedo um aparte ao Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio (Em aparte)* - Como filho de Uberaba e Deputado por Patos de Minas, não poderia deixar passar este momento. Gostaria de cumprimentar o ilustre Deputado Paulo Piau, por coincidência filho de Patos de Minas e conterrâneo adotivo de Uberaba, e de me associar à Assembléia Legislativa para abraçar o nosso Magnífico Reitor Marcelo Palmério, ex-colega dos cursos ginásial e científico. Gostaria de me referir ao meu xará Hely Araújo, que fazia parte desse time, nessa época, no Colégio Triângulo Mineiro.

Sem maior esforço de imaginação, nossa memória nos traz a figura impar do político talentoso e professor de Matemática Mário Palmério. Meu pai, já falecido, contava as histórias do Prof. Mário Palmério, que, com sua generosidade, atendia os mais carentes num colégio que era particular. Ele parcelava, já naquele tempo, ou colocava na conta as despesas dos alunos mais carentes, entre os quais estava eu, juntamente com meus irmãos. Então, fica aqui o depoimento de um uberabense de coração e nascimento que foi beneficiado diretamente pelas ações de Mário Palmério, em cujo ideal já se desenhava o cumprimento de uma tarefa política. Logo depois, tornou-se Deputado Federal. Assim, com essa vocação para servir o povo de uma forma mais ampla, porque a política é o bem maior, pôde fundar a Faculdade de Odontologia e muitas outras, principalmente a de Direito, formando uma verdadeira universidade, ainda na Av. Guilherme Ferreira, a qual posteriormente se localizou de forma imponente e majestosa em frente ao nosso aeroporto.

Dessa forma conhecemos a história de Mário Palmério, que depois foi Embaixador no Paraguai e foi conhecer a Amazônia. Antes, escreveu seus livros, principalmente "Vila dos Confins", conhecido por todos os brasileiros. De forma generosa e com suas ações políticas, conseguiu promover o desenvolvimento da cultura de forma pioneira no Triângulo Mineiro, além de formar muitas turmas que se graduaram na sua Universidade de Uberaba, de onde partiram muitos uberabenses, mineiros e brasileiros para todo o território nacional, engrandecendo aquela cidade e levando os conhecimentos lá adquiridos para o desenvolvimento da cultura de Minas e do Brasil. Então, ele beneficiou muitas famílias de Minas Gerais. Naquele tempo, quem se graduava conseguia melhores condições de vida e, de alguma forma, podia iluminar os menos esclarecidos e buscar seus direitos adquiridos pela cultura.

Assim, queremos dizer que temos uma esperança muito grande de que nossa Universidade de Uberaba, sob a direção firme, competente, consistente e criativa do nosso querido Reitor Marcelo Palmério, possa ser uma tocha incandescente e permanente na busca do desenvolvimento da cultura, da sociedade, da tecnologia e dos conhecimentos, para enfrentarmos os desafios do terceiro milênio. Muito obrigado pelo aparte, nobre colega Deputado Paulo Piau, e um abraço especial ao nosso Magnífico Reitor.

O Deputado Paulo Piau - Mário Palmério, entretanto, não limitou a ação ao campo educacional. Talento polivalente e trabalhador infatigável, participou ele do processo político, dignificando Uberaba e Minas Gerais durante três mandatos consecutivos na Câmara Federal. Enquanto Embaixador do Brasil no Paraguai, dedicou-se à música nas horas de lazer, revelando-se compositor inspirado. Finalmente como escritor, legou-nos, pelo menos, duas autênticas obras-primas: os romances regionalistas "Vila dos Confins" e "Chapadão do Bugre", que o levaram à Academia Brasileira de Letras.

Com a oficialização da Universidade de Uberaba, em 1988, nela foi investido como Reitor, cargo que veio a deixar poucos meses antes de sua morte, no ano passado. Sucedeu-lhe o filho, o ilustre Prof. Marcelo Palmério, que tem sabido dar continuidade ao trabalho notável.

Não mais está entre nós o arquiteto da obra grandiosa, que, no entanto, permanece e se revigora. Hoje, a nossa Universidade de Uberaba, pelo que representa e pelo que faz, constitui legítimo orgulho da gente uberabense, e seu painel das atividades atuais fala por si.

A instituição mantém três "campi" universitários, com 17 diferentes cursos de graduação, ministrados por 300 professores e freqüentados por 6 mil alunos. Os programas oferecidos englobam as Ciências da Educação - Pedagogia, Letras, Educação Física, História e Matemática; as Ciências Exatas e Tecnológicas - Engenharia Civil, Elétrica e Agrícola, Arquitetura e Urbanismo e Informática; as Ciências da Saúde - Odontologia e Psicologia; e as Ciências Sociais - Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Propaganda), Direito, Ciências Econômicas, Administração Empresarial e Rural.

No ano corrente, sete novos cursos estão sendo implantados, a saber: Medicina Veterinária, Ciências Biológicas (Modalidade Médica), Fonoaudiologia, Fisioterapia, Farmácia Industrial, Turismo, Nutrição e Terapia Ocupacional.

Administrativamente, a Universidade de Uberaba se compõe de Reitoria; Conselho Universitário; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; e Diretoria de Apoio Acadêmico. É uma estrutura racionalizada, permitindo à entidade não só bem desincumbir-se da proposta original, como também investir na tecnologia e na parceria, com iniciativas de indiscutível interesse comunitário, como é o caso do Projeto Parque Tecnológico Univerdecidade e da Fazenda Energética. A municipalidade uberabense, a CEMIG, a EMBRAPA, a EPAMIG e a Universidade de Viçosa são alguns de seus parceiros nessas empreitadas.

Nos próximos dois anos, a Universidade deve investir cerca de R\$ 14.300.000,00 na melhoria e na modernização do ensino. Obras em andamento irão incorporar ao complexo atual novas clínicas de Psicologia e Pedagogia, a Policlínica Odontológica, o Laboratório de Arquitetura, o Centro Interativo de Comunicação Social, o Centro de Assistência Judiciária, o

Centro de Cultura e Artes, o Parque Poliesportivo e a Biblioteca Central.

Referência especial, finalmente, merece o programa de Mestrado em Ciências e Valores Humanos, instituído este ano em regime de pós-graduação, colocando nossa homenageada na vanguarda quanto à formação de profissionais com capacidade transdisciplinar.

O cinquentenário da Universidade de Uberaba vem coincidir com momento significativo, quando nosso país cada vez mais se conscientiza da necessidade de bem preparar as novas gerações para o Brasil do terceiro milênio. Esta Assembléia, particularmente, na qualidade de Casa do Povo Mineiro, tem dedicado prioridade à matéria, seja na condução de programas institucionais - como aquele de construção da cidadania -, seja com a apresentação de proposições de interesse, em intensa e profícua atividade em Plenário e nas comissões permanentes.

Esta nossa reunião, portanto, está sintonizada com o pensamento dominante no Palácio da Inconfidência de que é necessário educar para construir. Ao distinguir instituição tão merecedora como a Universidade de Uberaba, estamos prestando reconhecimento a trabalho formidável em prol da educação neste país, bem como reverenciando a memória daquele paladino sem o qual tal não seria possível. Estamos falando, naturalmente, do nosso saudoso Mário Palmério, a quem dedicamos este instante reservado à sua menina dos olhos, a Universidade de Uberaba.

Em nome do Poder Legislativo de nosso Estado, apresentamos cumprimentos calorosos ao Prof. Marcelo Palmério, Reitor da Universidade de Uberaba, estendendo nossa mensagem aos corpos docente, discente e administrativo da instituição. Quanto à comuna uberabense e à região do Triângulo Mineiro, nossas felicitações nesta hora que é de júbilo para toda Minas Gerais.

Por último, gostaria de ressaltar o que a universidade, nesses 50 anos, vem destinando ao desenvolvimento do Triângulo, do Norte paulista, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, de Goiás e, por que não dizer, de Brasília.

Quero também ressaltar o ajuste da Universidade de Uberaba a esta nova fase que estamos vivendo. O Reitor Marcelo Palmério tem a filosofia de que o fundamental, neste momento, é capacitar e treinar o corpo docente da instituição e torná-lo da mais alta qualidade, além de investir em ciência e tecnologia. Sem isso, a universidade realmente não teria futuro.

Marcelo Palmério é uma pessoa de visão, que tem dado à Universidade de Uberaba, nesse pouco tempo que está à sua frente, a qualidade que sempre almejamos para ela.

O Deputado Ajalmar Silva (Em aparte) - Meu caro Presidente, meu caro Reitor, Srs. Deputados, demais pessoas presentes, como ex-aluno da UNIUBE, eu não poderia deixar de ocupar este microfone para, inicialmente, cumprimentar o nosso colega, Deputado Paulo Piau, pela feliz iniciativa de homenagear, na Assembléia Legislativa, essa Universidade, que hoje completa 50 anos e que, como já foi dito, nasceu do trabalho de um homem obstinado pela educação, de um homem que deixou muito para todos nós. Hoje, nós, como ex-alunos da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro, também nos sentimos homenageados, porque fazemos parte do contexto da universidade.

Esta é uma oportunidade ímpar para cumprimentarmos o novo Reitor, Prof. Marcelo, pela forma como vem conduzindo a Universidade depois que seu pai, o Prof. Mário Palmério, nos deixou. Portanto, quero somar às homenagens do Deputado Paulo Piau o meu abraço fraterno a todos da Universidade e, em especial, a V. Exa.

Mas como eu comentava agora mesmo, com César Vanucci, não poderia deixar de relatar um fato pitoresco da vida de seu pai que muito me marcou. Há pouco tempo - 14 ou 15 anos -, formamos uma forte amizade. Um dia, quando eu ainda era Prefeito de Monte Carmelo, fui procurado pelo professor, que me pedia que reservasse para ele uma área, mesmo que pequena, mas que fosse um local onde ele pudesse ser colocado entre dois amigos, no cemitério de Monte Carmelo. Assustei-me com seu pedido e não o levei muito a sério. Passados 15 ou 20 dias, o professor me ligou, perguntando se o lugar já estava reservado para ele. Novamente achei que ele estivesse brincando e ainda demorei mais algum tempo para levar a mensagem à Câmara, solicitando a doação de cerca de 30m². Seria um local onde ele pudesse colocar, como fez posteriormente, uma cruz, toda travada, sem nenhum prego, com uma lápide projetada pelo Germano Gutsgof. Pedi-me ainda que eu a cercasse com umas flores das quais ele gostava muito - maria-sem-vergonha -, que nascessem para todo lado, na região, e para as quais eu realmente nunca havia dado muito valor. Então, fizemos tudo aquilo e colocamos as flores. Mas o fato mais pitoresco foi que ele me disse que traria, registrada em cartório, uma escritura do seu corpo, para que eu não o deixasse ser levado para o mausoléu no Rio de Janeiro.

Ele preferia ser enterrado entre os seus amigos em Monte Carmelo a ser levado para o mausoléu no Rio de Janeiro. Dizia ele que seria tão chato ser acordado à meia-noite por aqueles colegas, para tomar um chá; que ele não suportaria. Então, disse que traria a escritura, como realmente a levou. Ela deve estar guardada na Prefeitura de Monte Carmelo, escritura feita em cartório para que ele pudesse ser lá enterrado.

E ainda me pediu mais: que avisasse aos seus dois amigos que gostaria que eles fossem enterrados com ele. Como eles à época gozavam de plena saúde, não tinha como falar-lhes do assunto, principalmente porque ambos eram meus adversários políticos. Eu pensei como chegaria àqueles familiares. Com um deles não houve problema. Quando lhe falei, adorou a idéia e realmente foi lá colocado. Morreu antes do Prof. Mário Palmério. Depois veio Mário Pena, que era seu amigo particular. E ele me ligou. Ficou sabendo primeiro do que eu da morte de Mário Pena. Perguntou-me se tinha avisado ao Mário e à família que ele queria que ele fosse lá enterrado. Eu pensei: "Puxa vida, agora eu tenho que ir lá, não há outra saída". Encontrei-me com os familiares ainda na funerária e passei-lhes a notícia, o pedido do Prof. Mário Palmério. E eles me disseram: "Que pena, você deveria ter falado quando ele estava vivo. Ele iria adorar essa idéia." E foi também lá colocado. E, hoje, lá estão os três. Acho que isso merecia ser comentado, porque demonstra a excentricidade do Prof. Mário Palmério, mas, da mesma forma, a sua simplicidade, a sua humildade, a sua vontade de ser enterrado com seus amigos "do calcanhar vermelho", como ele gostava de chamar o pessoal de Monte Carmelo.

Deixo as minhas homenagens à UNIUBE. Que ela prossiga crescendo sempre como foi até hoje e que possa ainda formar muitas pessoas por todo este nosso Brasil. É um trabalho bonito do qual tivemos a honra de participar. Parabéns.

A Sra. Luziana Lanna (Em aparte) - Luziana Lanna, Presidente do Conselho de Educação da Associação Comercial de Minas, aqui representando o Dr. Francisco Américo, Presidente da entidade.

Eu sou professora e vim, com muito prazer, representar o Presidente da Associação Comercial, para dizer à Universidade de Uberaba que medir educação é muito difícil. Quer dizer, o resultado de 50 anos de trabalho de vocês não é palpável, mas é tão bom que nós temos muito prazer em anunciar, para quem talvez não saiba a posição no "ranking" que vocês ocupam no Brasil. Naturalmente estão entre as dez primeiras, e eu sei de algumas faculdades que estão em 2º, 3º e até 5º lugar. E isso merece ser dito e merece o nosso respeito. Muito obrigada.

O Deputado Paulo Piau - Tentamos preparar o coral para cantar a música composta - melodia e letra - pelo saudoso Mário Palmério. Não foi possível trazer o coral, mas, de qualquer maneira, gostaria que as palmas fossem reservadas para depois da música que faremos rodar, no seu original, através do aparelho de som da Casa.

Execução de Música

- Executa-se a música "Saudade", de Mário Palmério. (- Palmas.)

Palavras do Reitor Marcelo Palmério

O Sr. Presidente - A Presidência vai passar a palavra ao Prof. Marcelo Palmério, Magnífico Reitor da Universidade de Uberaba.

O Reitor Marcelo Palmério - Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa; Dr. Marco Paulo Dani, Presidente da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais e representante do Sr. Governador; Profa. Inês Maciel Vilela, representante da UEMG; Conselheiro Sylo Costa, representante do Tribunal de Contas do Estado; Cel. Heli Araújo

Silveira, representante do Prefeito de minha cidade; Dr. Néelson Carlos Teixeira, representante da FIEMG; Dr. Cássio Eduardo Rosa Resende, Presidente da Casa de Uberaba de Belo Horizonte; Dr. Marcus Raymundo Pessoa Duarte, Presidente do BDMG; Dr. Unias Silva, representante da OAB de Uberaba, Srs. Deputados, senhoras e senhores, agradeço, sensibilizado, em nome da comunidade acadêmica da Universidade de Uberaba, esta homenagem expressiva que a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais nos presta.

Ao comemorarmos os 50 anos de fundação do primeiro curso superior, na sucessão de iniciativas e desdobramentos do complexo educacional que se transformaria na universidade de nossa cidade, sentimos-nos envidescidos e orgulhosos de estarmos participando e acompanhando o crescimento e o desenvolvimento de nossa gente e de nossa terra. A Uberaba da boca do sertão. A Uberaba de tantos talentos, a Uberaba tão conhecida pelo arrojo dos pioneiros do zebu, dos desbravadores do Brasil Central, o caminho das tropas e boiadas.

Mas não poderia falar da Universidade sem falar de seu fundador; sua história e sua fisionomia se confundem com as de Mário Palmério.

No final do século passado, o engenheiro italiano Francisco Palmério vem para o Brasil, contratado para trabalhar nas obras de implantação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Aqui se casou e aqui ficou. Estabeleceu-se em Uberaba, exercendo ali suas atividades profissionais. Já em idade madura, no mesmo ano em que seu filho mais velho formava-se em Medicina, bacharelou-se em Direito, ingressando na magistratura. Homem culto e severo, encaminhou todos os oito filhos às letras e às ciências. Ao caçula, Mário, coube a escolha - procedimento comum à época - entre a carreira militar e a eclesiástica. Optou por matricular-se na Academia Militar de Realengo. O ofício das armas não era, contudo, o destino do futuro educador. Durante um exercício militar, uma queda do animal em que cavalgava levou-o ao hospital e acabou por desligá-lo da Academia. Ingressou no Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, em agência da Capital paulista, e, ensinando matemática no Colégio Pan-Americano, ali se define a sua vocação.

De volta, em 1939, instala, em Uberaba, o Lyceu do Triângulo Mineiro - embrião do Colégio do Triângulo Mineiro. Pela primeira vez funcionava na cidade um colégio misto, onde moças e rapazes freqüentavam a mesma sala de aula, um escândalo.

Impacto maior, todavia, causou o anúncio da autorização, pelo Governo Federal, do primeiro curso de Odontologia do Centro-Oeste brasileiro. O ano, 1947, registra o início de um novo ciclo no contexto histórico regional. Estava lançada a semente da Universidade.

Na seqüência de crescimento, tivemos, em 1951, a Faculdade de Direito; em 1953, a Faculdade de Medicina - hoje autarquia federal - e em 1956, a Escola de Engenharia.

Mário Palmério não se limitou à vida acadêmica. Elegeu-se Deputado Federal por Minas Gerais, exercendo três mandatos; foi Embaixador do Brasil no Paraguai; permaneceu dez anos retirado na Amazônia, vivendo em um barco construído por ele próprio. Artista, compôs guarânias e polcas; escritor, escreveu os romances "Vila dos Confins" e "Chapadão do Bugre", ambas obras de referência para estudos de Filologia, os quais o conduziram à Academia Brasileira de Letras.

Hoje, são 25 cursos de graduação, que abrigam mais de 6.000 alunos e 450 professores. A atuação universitária se ampliou e diversificou sob a forma de cursos de pós-graduação, serviços de extensão e projetos de pesquisa. Entre os serviços de extensão, vale a pena ressaltar alguns projetos, tais como as duas policlínicas, uma no centro e outra no bairro, atendendo em média 8.000 casos por mês de pessoas carentes de nossa comunidade. Além de propiciarem o aprendizado, na prática, de nossos estudantes, elas são a forma mais digna de devolver à cidade o entusiasmo e o carinho, em forma de serviços.

Vale a pena destacar o Projeto Pato Branco, um convênio com as escolas estaduais, o qual faz um trabalho preventivo da saúde bucal das crianças. Funcionando ininterruptamente há 15 anos, atende uma população de 14.000 alunos do 1º grau. O índice epidemiológico de 6,95 ocorrências por boca baixa para 1,9. Os números por si só demonstram a importância desse trabalho de prevenção em saúde pública.

Vale a pena lembrar a Clínica de Psicologia, que atende, em média, 400 casos por mês, visando à busca do equilíbrio psicológico e emocional na família, na escola, no trabalho, nas instituições assistenciais e judiciárias.

Vale a pena ainda frisar o serviço de assistência jurídica que atende gratuitamente à comunidade carente em processos nas várias áreas do direito. Esse programa tem atendido mensalmente cerca de 350 casos, entre audiências criminais e cíveis, além de receber mais de 100 consultas por mês.

Hoje, a cidade de Uberaba se orgulha de ter saúde e educação que se igualam aos melhores índices do País, com a ajuda, a contribuição e a participação da Universidade de Uberaba.

Mais de 30.000 profissionais diplomaram-se por nossa Universidade nos seus 50 anos de existência.

É inegável que, hoje, a sua atuação ao lado de suas parceiras, a Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro, a Faculdade de Zootecnia e Agronomia de Uberaba e a Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro, projeta Uberaba no cenário nacional como cidade eminentemente universitária.

Com a responsabilidade de honrar o seu passado e o compromisso de seus fundadores, a Universidade se volta para o futuro, planejando suas atividades, procurando integrar e harmonizar suas ações com a comunidade científica local e regional. Os mestres, doutores, pesquisadores dos mais diversificados campos do saber, provenientes de diferentes regiões do País, juntam-se aos antigos docentes da instituição num esforço renovador e entusiasmado. As estruturas organizacional e laboratorial se modernizam. A extensão universitária se amplia; a pós-graduação se aprofunda.

Estamos conscientes de nossas responsabilidades num mundo em constante e rápida evolução. Estamos conscientes de nossas responsabilidades na produção e na difusão do conhecimento e no desenvolvimento de nossa região.

Direcionar suas metas e ações para a satisfação das exigências da sociedade; formar indivíduos conscientes e comprometidos com os problemas de seu tempo, informados para o exercício participativo e responsável da cidadania, são os desafios que se nos impõem.

Estamos comovidos e gratos aos representantes do povo de Minas Gerais por esta lembrança, que nos envidesce e nos emociona. Principalmente ao Deputado Paulo Piau, exemplo da competência mais competente: a competência modesta, despretensiosa, mas eficiente, objetiva, séria e responsável. Paulo Piau personifica o melhor no homem que exerce a atividade política, e lhe somos reconhecidos por representar nossa região nesta Casa.

Estejam certos, senhores, de que estaremos, no nosso Triângulo mineiro, atentos aos compromissos do nosso tempo.

As vidas dedicadas dos que nos antecederam são uma lembrança constante desses compromissos, e seus ensinamentos, exemplo.

Essa é a história da nossa Universidade. Esta homenagem de hoje é um tributo a Mário Palmério.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de proceder à entrega de uma placa comemorativa deste evento ao Magnífico Reitor Marcelo Palmério. A placa vem com os seguintes dizeres: "A Assembléia Legislativa, ao homenagear o cinquentenário do marco criador da Universidade de Uberaba, enaltece a antevisão de Mário Palmério, seu fundador, que fez da cultura e da educação a arte e a obra de toda a sua vida. A construção nos caminhos do Brasil Central de uma fronteira avançada do saber e do conhecimento projeta no território do futuro conquistas ascendentes de um pensamento e de uma ação que dignificam no passado e no presente o ensino superior em Minas Gerais e no Brasil. Belo Horizonte, 30 de outubro de 1997."

Assinatura de Convênio

O Sr. Presidente - Passaremos, agora, à assinatura do convênio Assembléia On Line entre esta Assembléia Legislativa e a Universidade de Uberaba, que possibilitará a interligação daquela Universidade ao banco de dados desta Casa, através do qual são colocadas à disposição, para consulta, as informações institucionais e todo o trabalho aqui realizado.

Solicitamos ao Prof. Marcelo Palmério que assine o convênio. Solicitamos ao Deputado Paulo Piau e ao Sr. Marco Paulo Dani que também assinem o convênio como testemunhas.

Vamos passar ao Reitor da Universidade de Uberaba o disquete que permitirá o acesso a todas as informações do nosso sistema central de computação. (- Palmas.)

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Dr. Marco Paulo Dani, representante do Exmo. Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; Exmo. Prof. Marcelo Palmério, Magnífico Reitor da Universidade de Uberaba; demais autoridades que compõem esta Mesa; Srs. Deputados; senhoras e senhores convidados: não foi por acaso que Uberaba ganhou projeção nacional, recentemente, com o título de "melhor cidade do Brasil para novos investimentos", conferido pela Trevisan Consultores e pela revista "Exame". Contribuíram para esse reconhecimento vários fatores, entre os quais podem ser citados, obviamente, os de natureza econômica, aos quais vieram juntar-se outros, relacionados à qualidade de vida. Nesse aspecto, sobressai o que o município oferece no campo da educação. E, quando se fala em educação, naquela área privilegiada do Estado, logo nos vem à mente a Universidade de Uberaba - ou, simplesmente, a UNIUBE, como costuma dizer a comunidade local.

A história da instituição começou há 50 anos, com a criação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Aos poucos, o ensino superior na cidade foi-se ampliando e diversificando, para atender à crescente demanda do mercado regional. Para se ter uma idéia do que a Universidade de Uberaba representa hoje, ela compreendia, até o meio deste ano, nada menos do que 17 cursos de graduação e 1 de mestrado, pioneiro no País. Esse complexo foi substancialmente acrescido no segundo semestre, com a implantação de 7 novos cursos de graduação.

Mas não são apenas os novos cursos que marcam o cinquentenário da instituição. Ela está implementando uma reformulação geral em sua estrutura acadêmica, pedagógica e administrativa, com o objetivo de garantir a qualidade do ensino e manter-se em sintonia com a comunidade científica, o mercado de trabalho e as demandas da sociedade. Podemos afirmar, sem medo de incorrer em falso juízo, que a história da Universidade de Uberaba se confunde com a própria história do desenvolvimento que a cidade vem apresentando nos últimos 50 anos. Por meio de seus projetos de extensão, da prestação de serviços e de outras formas de integração à comunidade, ela tem contribuído sensivelmente para o progresso local e regional.

A eficiência do ensino da UNIUBE pode ser atestada não apenas pelas inúmeras carreiras de sucesso de seus ex-alunos, mas também pela grande concorrência registrada em seus concursos vestibulares. Uma média de 6 mil candidatos, vindos de todas as regiões do País, principalmente de Minas, Goiás e Distrito Federal, inscrevem-se a cada ano, em busca de vaga.

O exemplo dessa consagrada instituição, criada pelo espírito lúcido de Mário Palmério, é lembrado em boa hora, quando, em nosso Estado e em todo o País, discutem-se as transformações em curso na educação brasileira, fruto da nova legislação. O que se pretende é um sistema de ensino acessível a todos, que prime pela qualidade, formando as pessoas tanto para o exercício profissional como para a prática da cidadania. Esse é o caminho a ser seguido. Qualquer modelo de desenvolvimento estará fadado ao insucesso se não estiver ancorado em um sólido investimento na educação. Assim o demonstra a experiência dos países que conquistaram o crescimento econômico e, junto com ele, a formação de uma mão-de-obra qualificada, o domínio da tecnologia e a consciência política.

Ao comemorarmos o cinquentenário da Universidade de Uberaba, gostaríamos de congratular-nos com o Reitor Marcelo Palmério, os demais membros da diretoria, o corpo de professores e funcionários, os alunos, enfim, com toda a comunidade ligada à UNIUBE, por tudo o que ela tem representado para o Triângulo Mineiro, assim como para todo o Estado de Minas Gerais. Desejo sucesso a essa comunidade, que continue assim, sempre crescendo, sempre ajudando no desenvolvimento deste País. Muito obrigado. (- Palmas.)

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de debates de amanhã, dia 31, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 317ª reunião ordinária Deliberativa, em 5/11/97

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Requerimento nº 2.290/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, em que pede seja solicitado ao Secretário do Planejamento o envio dos relatórios da consultoria realizada pela empresa Tomatsu International, de regulamentação e gestão do serviço de saneamento a ser implantado no Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.324/97, da Deputada Maria José Hauelsen, que institui o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros em veículos de pequeno porte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.419/97, do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e extingue a Fundação Instituto do Coração de Minas Gerais - CARDIOMINAS. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Saúde e Ação Social e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/97, do Deputado José Bonifácio, que altera a Lei nº 11.402, de 14/1/94, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.363/97, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel com José Augusto Duarte Castanheira e outros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.032/96, do Deputado José Bonifácio, que autoriza a PMMG a celebrar convênio com Prefeituras Municipais e outros órgãos públicos. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.166/97, do Deputado João Leite, que revoga a Lei nº 4.734, de 3/5/68, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 81ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente, a realizar-se às 9h30min do dia 5/11/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 74ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer, a realizar-se às 9h30min do dia 5/11/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.285/97, do Deputado Geraldo Rezende; 1.333/97, do Deputado Marcos Helênio.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.362/97, do Deputado José Militão; 1.358/97, do Deputado Roberto Amaral.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.245/97, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.037/96, do Deputado Marcelo Cecé.

Requerimento nº 2.382/97, do Deputado José Bonifácio.

Ordem do dia da 71ª reunião ordinária da comissão de Agropecuária e Política Rural, a realizar-se às 10 horas do dia 5/11/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.378/97, da Deputada Elbe Brandão.

Convidados: Srs. Hélio Machado, Presidente da CEASA; Paulo Severino de Rezende, Presidente da EMATER-MG; Eurípedes Lima Andreani, Prefeito Municipal de Monte Alegre de Minas; e Vereador Valério de Souza Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Monte Alegre de Minas, que irão prestar, em audiência pública, esclarecimentos sobre os problemas relativos à comercialização de frutas na CEASA desta Capital, especialmente sobre a do abacaxi produzido no Triângulo Mineiro.

Ordem do dia da 88ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 5/11/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.392, 1.393, 1.394, 1.396, 1.397 e 1.398/97, da CPI - Sistema Penitenciário; 1.299/97, do Deputado João Batista de Oliveira; 1.325/97, do Deputado Marcelo Gonçalves; 1.423/97, da Deputada Maria José Hauelsen.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.458/97, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.437/97, do Deputado Dimas Rodrigues; 1.457/97, da Deputada Elbe Brandão; 1.451/97, do Deputado Ivair Nogueira; 1.446/97, do Deputado Ivo José; 1.448/97, do Deputado José Militão; 1.406 e 1.463/97, do Deputado Paulo Piau; 1.445/97, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.372/97, do Deputado Wanderley Ávila.

Ordem do dia da 62ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 9 horas do dia 6/11/97

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

67ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 18, § 2º, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 5/11/97, destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Thales Bezerra de Albuquerque Ramalho.

Palácio da Inconfidência, 4 de novembro de 1997.

Romeu Queiroz, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.358/97

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

Relatório

De iniciativa do Deputado Roberto Amaral, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Coral da EMATER-MG, com sede no Município de Belo Horizonte.

A proposição foi aprovada no 1º turno, na forma originária; cabe a este órgão colegiado, agora, deliberar sobre a matéria no 2º turno, conforme prevêm as disposições regimentais.

Fundamentação

Constitui objetivo fundamental do Coral da EMATER-MG estimular a prática da música coral e sua difusão no ambiente de trabalho, no Estado, no País e no exterior. Para tanto, participa de encontros de corais, cursos, intercâmbio de partituras e procura apoio logístico da Federação Mineira de Corais, de instituições públicas e privadas para apresentações nacionais e internacionais.

Dada a relevância do Coral para a divulgação da cultura musical, reafirmamos que ele se faz merecedor do pretendido título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.358/97 no 2º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 1997.

Gilmar Machado, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.245/97

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

Relatório

O projeto de lei em apreço, do Deputado Ambrósio Pinto, visa a instituir o Dia do Espirita no Estado de Minas Gerais.

A proposição foi encaminhada, para estudo preliminar, à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a esta

Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, nos termos regimentais.

Fundamentação

O Espiritismo deve ser considerado religião, ciência e doutrina filosófica, aspectos estes sistematizados por Allan Kardec, pseudônimo de Hippolyte Léon Denizard Rivail. Essa doutrina se fundamenta na crença da sobrevivência da alma e da existência de comunicação entre vivos e mortos por meio da mediunidade.

Kardec era professor, formado em Medicina, mas não seguiu a profissão. Sua preocupação de longos anos foi a unificação das crenças religiosas. Em 1854, ficou convencido, após começar a frequentar sessões espíritas, de que sua missão era fundar uma religião "verdadeiramente grande e digna do Criador", conforme palavras suas. Passou a se dedicar exclusivamente ao Espiritismo, tendo fundado a Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas e a "Revista Espírita". Escreveu vários livros, entre os quais "O Livro dos Espíritos", "O Livro dos Médiuns", "O Evangelho segundo o Espiritismo", "A Gênese", "O Céu e o Inferno". O texto de seus livros foi obtido quase sempre por médiuns, como Camille Flammarion, por exemplo.

A doutrina pregada por Kardec prepara o homem para uma vida equilibrada, proporcionando-lhe novos horizontes no que diz respeito à fraternidade universal, nos termos dos ensinamentos do Evangelho de Jesus.

Minas Gerais sempre atuou de forma marcante no Espiritismo, com destaque para os médiuns Eurípedes Barsanulpho, de Sacramento; Zé Arigó, de Congonhas, e Chico Xavier, de Pedro Leopoldo.

A iniciativa do Deputado tem como objetivo prestar homenagem aos espíritas, nome dado aos seguidores do Espiritismo, na data que melhor representa a instituição da doutrina, o dia 18 de abril, dia do lançamento de "O Livro dos Espíritos", em 1857. Lembramos que os espíritas são merecedores de votos de louvor, pois desenvolvem um trabalho de assistência social de grande importância, mais bem traduzido pelo nome de caridade. Portanto, é justo acolher essa proposta, a exemplo do Estado de São Paulo, que criou o Dia do Espírita com a Lei nº 9.471, de 27/12/96.

Nosso parecer é favorável à sua aprovação, embasados também na opinião dos pares nesta Casa, de outros credos religiosos, e no precedente da existência de inúmeras datas religiosas consagradas ou oficializadas em nosso calendário, nos âmbitos federal e municipal.

Conclusão

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.245/97 no 1º turno, em sua forma original.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 1997.

Marco Régis, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

314ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 29/10/97

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, ocupantes das galerias. De modo especial, queremos saudar a Comunidade Nova Aliança, da Irmã Ângela, a grande líder que tem realizado um trabalho extraordinário não só de evangelização mas também de ação social, mostrando, principalmente, preocupação com a transformação das estruturas sociais do País.

Queremos ocupar a tribuna na tarde de hoje a fim de, mais uma vez, elevar a nossa voz para alertar a sociedade brasileira e mineira contra o absurdo que tentam aprovar no Congresso Nacional.

Senhores e senhoras, somos contra o crime do aborto!

Mais uma vez, queremos registrar nos anais desta Casa nosso indignado posicionamento e nossa luta intransigente contra o crime do aborto, porque nossa opção é pela vida do ser humano e pelo respeito absoluto a sua inalienável dignidade.

Como os senhores sabem, há poucos dias foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal um projeto de lei que autoriza o SUS a praticar aborto em casos de gravidez por estupro, risco de vida para a gestante ou suspeita de que o feto possa nascer com defeitos ou taras mentais, pelos quais seria objeto de muita lástima durante sua vida, além de ser uma pesada carga para seus progenitores. Essa é a alegação.

Mais uma vez, esgrimem-se razões totalmente absurdas para justificar uma medida absolutamente covarde como a de se autorizar o aborto, que significa sacrificar a vida de uma criatura completamente inocente para reparar qualquer um dos problemas citados, cujas causas mais profundas estão nas estruturas sócio-econômicas, políticas e culturais ultrapassadas, as quais não temos tido a capacidade de mudar e transformar. Estamos construindo, praticamente, uma civilização da morte e da violência, em que o ser humano está já atentando contra si mesmo, sem nenhum escrúpulo.

Os políticos estão se habituando a optar pelo fácil e a atacar os problemas pelas ramas, ou seja, por suas conseqüências, e não por suas raízes.

Senhores! Estamos apenas atacando os efeitos de nossos erros e defeitos e, com isso, oferecendo nada mais do que paliativos e panos quentes frente a problemas cujas raízes são muito mais profundas.

Se não nos posicionarmos veementemente contra esse projeto, estaremos nos tornando cúmplices e coniventes com essas medidas, descaradamente atentatórias contra a pessoa humana, imagem e semelhança de Deus.

O Estado e os governos, optando pelo fácil, pretendem acabar com o mal acabando com a vida dos que sofrem suas conseqüências. É como se disséssemos que a causa da injustiça social está nas suas vítimas. É como se pretendéssemos acabar com a miséria e com a injustiça social matando os miseráveis e injustiçados.

A proponente e a relatora desse nefasto projeto de lei não devem ter vivido jamais a experiência sublime de sentir na sua entranha o latejar de um ser humano. De outra maneira, não dá para entender a insensibilidade e a frieza com que foi elaborada e está sendo defendida essa proposta tão absurda e tão contraditória com os nossos valores arraigadamente cristãos.

E, no cúmulo de insensatez, D. Ruth Cardoso acabou de fazer declarações absolutamente infelizes, descabidas, demagógicas, oportunistas e agressivas contra o Papa João Paulo II e contra os sentimentos do nosso povo, reiterando a legalidade do aborto, exatamente no momento em que ele nos visita e nos convoca para uma luta sem tréguas em defesa da vida.

Senhores! Se esse projeto for aprovado - esperamos que nunca seja -, o Estado terá que administrar uma lei absolutamente discriminatória do embrião humano, que é um ser humano e como tal deve ser defendido e protegido em sua integridade, cuidado e curado na medida do possível, como argumenta com toda propriedade o jornalista e escritor João Luiz de Freitas, em seu artigo "Não ao Crime do Aborto", recentemente publicado no "Estado de Minas".

O aborto é um crime, sim, e é uma provocação à ira do nosso Criador, Deus, porque a vida é um dom de Deus, que ninguém pode tirar, muito menos a vida de um inocente indefeso.

A vida humana, com todas as suas características, existe já desde o momento da concepção, como está comprovado cientificamente, e deve ser respeitada e protegida de maneira absoluta a partir desse instante.

Por isso, o aborto, utilizado como meio para resolver qualquer problema, é um infanticídio e um crime abominável, porque contraria totalmente a lei moral, coisa que nenhuma lei civil pode fazer sob pena de ofender gravemente a sensibilidade e as crenças do nosso povo, predominantemente cristão.

O Deputado Gilmar Machado (Em aparte) - Nobre Deputado Miguel Martini, queria fazer duas observações. Em primeiro lugar, quero dizer que concordo com V. Exa. ao me posicionar contrariamente ao aborto, mas temos que discutir, porque já há propostas de mudança no Código Penal. Temos que refletir sobre a situação de risco de vida. Uma mulher que esteja correndo risco de vida e não faz o aborto pode morrer e deixar outros filhos órfãos. Esses filhos perdem a mãe, quando essa morte poderia ser evitada. Como vamos tratar essas questões? Eu sou contra o aborto, mas temos que discutir essas questões seriamente, caso contrário estaremos apenas fazendo um discurso e permitindo a morte de mulheres que vão deixar muitos filhos órfãos. Essas questões têm que ser trabalhadas com seriedade para evitarmos injustiças. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Agradeço o aparte sempre oportuno do Deputado Gilmar Machado, mas devo esclarecer que a artimanha dessa lei diz que qualquer médico pode atestar que há risco de vida. É uma forma enrustida de abortar quando a mãe não corre risco de vida. Se uma junta médica atestar que há risco de vida, aí sim estarei tirando uma vida para defender outra. Mas o que se está buscando com esse projeto de lei que permite a qualquer médico atestar o risco de vida é uma prática inescrupulosa de aborto.

Temos que reagir energicamente e refutar com toda a veemência possível as alegações de que o aborto já é legal no País, particularmente nos casos de gravidez por estupro e de risco de vida para a gestante, alegação que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso já fez em várias oportunidades.

Mas não é, senhores! Tal alegação é absolutamente falsa!

O art. 128 do Código Penal, tão invocado, simplesmente não penaliza o aborto praticado em determinados casos: "não se pune" se praticado quando "não há outro meio de salvar a vida da gestante" e "se a gravidez resulta de estupro".

Analogamente poder-se-ia dizer que o furto está legalizado no Brasil, porque o art. 181 do mesmo Código prescreve "não-punição" para esses casos, mas todos sabemos que o furto não está legalizado.

O aborto legal inexistente porque é crime e porque é flagrantemente inconstitucional ao contradizer o art. 11 da nossa Carta Magna, que protege e defende a vida humana como um valor absoluto.

O Deputado Arnaldo Penna (Em aparte)* - Deputado Miguel Martini, Sr. Presidente e Srs. Deputados, aprovo quase tudo o que V. Exa. acaba de dizer. Também eu, na qualidade de cristão católico romano, me posiciono contrariamente ao aborto. Digo que concordo com quase tudo, porque não concordo nem ao menos com a concessão que V. Exa. faz ao posicionamento do Deputado Gilmar Machado. Entendo que risco de vida todos nós corremos, 24 horas por dia, desde que nascemos. Nem nessas circunstâncias, que, como advogado, sei que são legais, considero legítimo que se possa tolher uma vida humana sob a alegação de risco de vida da gestante. Nesta oportunidade, Deputado Miguel Martini, conhecendo V. Exa. como conheço, me posiciono contrariamente. Dizer que em havendo risco de vida se possa permitir o aborto, acho que nem nessas circunstâncias. A vida que foi gerada, a vida que foi iniciada não há que ser interrompida pela vontade humana, razão pela qual, ainda como advogado, me posiciono contrariamente às duas concessões do Código Penal para a realização do aborto. Então, concordando em quase tudo com V. Exa., e o parabeno por sua posição em defesa da vida, digo ao Deputado Gilmar Machado que nem nas circunstâncias que ele levanta acho que se possa admitir que haja o corte de uma vida, porque risco de vida corremos todos nós em cada hora da nossa existência. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Aqui, nos parece oportuno repetir a sentença de Jaques de Camargo Pentead, Procurador de Justiça do Estado de São Paulo, também invocado pelo jornalista João Luiz de Freitas: "a lei federal não contempla a figura do aborto legal, mas torna impunível o fato típico e antijurídico em determinadas circunstâncias".

Por todas as razões contundentes e claras que aqui colocamos, não existe no Brasil aborto legal a ser regulamentado, como enfatiza D. Lucas Moreira Neves, Cardeal Arcebispo de Salvador e Primaz do Brasil, Presidente da CNBB.

O Procurador ainda adverte: "transigir em um ou dois casos é abrir as comportas para inúmeros outros casos. Já alguém sugere a ampliação dos casos em que deveria ser possível o aborto... pela porta da legalização acaba passando a da eutanásia e até a do direito ao suicídio".

Nunca, jamais, encontrar-se-á nas Palavras reveladas por Deus justificativa alguma para que o homem, sob hipótese qualquer, tire a vida de outro ser humano.

Os direitos que decorrem da inalienável dignidade do ser humano têm que ser reconhecidos e respeitados pela sociedade e pela autoridade pública, porque não dependem nem dos indivíduos nem dos pais, nem representam uma concessão da sociedade ou do Estado, são próprios da essência do ser humano, como estão expressos claramente na Instrução Pontifícia *Donum Vitae* sobre "o respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação".

Daí que tanto quem procurar o aborto como quem o praticar seriam de fato, sem sombra de dúvidas, criminosos e infanticidas. Em todo caso, se o projeto for aprovado, estariam protegidos por uma lei criminosa, mais uma, como tantas que existem legalizando tantas injustiças no País, o que tem levado alguns cientistas políticos que pesquisaram sobre o exercício do direito no Brasil a afirmar que no País existe muito direito consagrando muitas injustiças.

Antes de encerrar, eu só diria ao Deputado Arnaldo Penna que fico feliz com seu posicionamento e que conheço a sua história cristã. Concordo com V. Exa. em que, quando se admite que um grupo de médicos determine se é o caso de defender uma vida certa por uma vida que está sendo gerada, ou seja, entre duas uma é possivelmente certa, isso não deve ser contemplado porque naturalmente poderia ser feito em casos que a medicina assim decidisse. O perigo que se corre aqui não é esse. O perigo maior é, sob a aparência de uma legalidade e buscando esse atendimento através do SUS, legalizar a prática do aborto, porque bastaria que um médico fizesse isso ou que qualquer senhora conseguisse um atestado dizendo que foi estuprada para poder fazer o aborto. É contra isso que nos indignamos; não aceitamos e esperamos que o projeto que não seja aprovado no Congresso Nacional.

Por ser ilegal, inconstitucional, anti-ético e contrário à lei moral, elevemos nossa voz e refutemos esse projeto de lei absurdo, que pretende discriminalizar o aborto e penalizar seres absolutamente inocentes.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Prefeito de Belo Horizonte, às vésperas do Natal, quer implantar o rodízio de veículos na cidade, em horários

alternados. Quando o próprio Prefeito promove festas para a comemoração dos 100 anos de Belo Horizonte, ele quer, por força da sua incompetência, fazer retroagir Belo Horizonte 10 ou 15 anos, reduzindo a circulação de 20% de veículos ao dia.

Os compromissos do Prefeito, mais uma vez, provaram que ele está ligado aos empresários do transporte coletivo da nossa Capital. Compromisso de campanha não saldado ainda, ele quer entulhar mais ainda os ônibus que servem hoje "porcamente" à população da Capital, ao obrigar o cidadão a andar de ônibus. Quem ele acha que vai andar de ônibus? O rico? O rico tem dois, três, quatro carros na garagem, e, com qualquer tipo de rodízio que for implantado, ele vai ter condições de sair com um de seus carros o dia que quiser. Ele vai colocar o rodízio sobre quem? Em cima do vendedor ambulante, do cidadão que vem do interior para fazer compras agora às vésperas do Natal, prejudicando com isso todo o comércio de Belo Horizonte, prejudicando todos aqueles que querem andar livremente e que pagaram por esse direito. E pagam por esse direito, e mais caro que todo mundo. O IPVA em Belo Horizonte, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é o mais caro do Brasil. Ele é de 3%, o que fez evadir, inclusive, o emplacamento de uma das maiores empresas de locação de veículos de Belo Horizonte, que é a Localiza, para o Paraná, para onde transferiu sua sede. E o Governo Estadual agora, para poder resolver essa situação, que é de falta de planejamento também por parte dele, aumenta o IPVA de veículos particulares para 4%, para abaixar o IPVA das locadoras para 2%. É esse contra-senso que faz o Prefeito de Belo Horizonte fazer o rodízio, a falta de obras, a falta de competência administrativa, ou é o "lobby" da corrupção armada em Belo Horizonte pelo sistema de transporte e o Prefeito da nossa Capital, que vai promover, às vésperas do Natal, o maior prejuízo já imposto ao cidadão mineiro e principalmente ao comércio belo-horizontino, que já é penalizado pela incompetência desse mesmo Prefeito? Acho que o Prefeito tem que se explicar à população de Belo Horizonte. Por que é que não faz obras básicas em pontos de estrangulamento do trânsito e do transporte da nossa Capital? Como se pode dizer, sem uma justificativa plausível para a população, que não temos nenhum ponto de estrangulamento dentro de Belo Horizonte, se, na hora do "rush", o trânsito demora mais de 20 minutos para ser desengarrafado?

É falta de competência administrativa, excesso de compromisso com um grupo de empresários de Belo Horizonte, esquecendo-se daquilo que o levou à Prefeitura, que foi a esperança. O Sr. Célio de Castro roubou do povo de Belo Horizonte até a esperança de viver e morar numa cidade com dignidade. O Sr. Célio de Castro, comunista enfeitado de socialista, quer levar ao Brasil, quer levar a Belo Horizonte, completando os seus 100 anos, o progresso do Leste europeu, ele quer levar ao que estamos vendo na Albânia, que deve ser o modelo de comunismo do Sr. Célio de Castro. Só pode ser, para haver tanta balbúrdia numa administração na qual o Secretário de Governo, Sr. Antônio Faria, comunista retrógrado, colocou o Prefeito em divergência com todos os Vereadores de Belo Horizonte, até com sua própria bancada. Meu Deus do céu! O povo de Belo Horizonte votou na esperança, votou no "Dr. BH", e hoje o que vemos é mais um Prefeito imprestável que assume a cadeira em Belo Horizonte. E vem propor um rodízio, para beneficiar uma parcela da população, para poder atender aos interesses escusos tratados entre ele e o sistema de transporte desta Capital, durante as madrugadas das eleições. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Anderson Aduato* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã a Assembléia Legislativa vai prestar uma homenagem à Universidade de Uberaba pelos seus 50 anos. Como representante daquela cidade, daquela região, infelizmente não poderei estar presente, em função de um compromisso que tenho em Brasília, amanhã. Mas achei que não teria outra alternativa, como representante daquela cidade nesta Casa, a não ser ocupar a tribuna no dia de hoje, o dia anterior à homenagem, portanto, e fazer um pequeno pronunciamento a respeito da importância que tem a Universidade de Uberaba para o desenvolvimento e para o crescimento não só daquela cidade, mas principalmente de todo o Triângulo Mineiro.

Na qualidade de cidadão uberabense que somos, sempre compartilhamos do orgulho de nossa cidade por sua instituição maior no campo da educação, que é a UNIUBE. Assim, sentimo-nos à vontade para ratificar tudo que, nesses dias, vem sendo dito e manifestado sobre os 50 anos de fundação desse renomado estabelecimento.

Temos acompanhado com especial interesse, ao longo de nossa vida de parlamentar, a trajetória da Universidade de Uberaba. A bem da verdade, esse acompanhamento e esse interesse nos vêm de antes, daquela época ditosa em que freqüentávamos, como aluno, a Faculdade de Direito, na qual viemos a nos graduar.

A UNIUBE é, portanto, nossa "alma mater". Foi ali, nos bancos universitários, que nos familiarizamos com os fundamentos do direito, da justiça e da liberdade, de tanta relevância para nosso futuro trabalho. Esses princípios muito nos têm valido desde que abraçamos a causa do povo, primeiramente como membro da Administração na terra natal, a seguir nesta Casa, na qualidade de representante do povo mineiro. Foi, também, dentro dessa universidade que participei da primeira disputa política de minha vida, pois foi ali que iniciei minha vida pública como Presidente do Diretório Acadêmico daquela faculdade.

É inegável que as instituições se vinculam, de modo definitivo, à personalidade daqueles que as idealizaram e as fizeram funcionar. No caso da UNIUBE, essa figura é a de Mário Palmério, cidadão triangulino, mineiro da melhor cepa, brasileiro dos mais respeitados.

Foi Mário Palmério o responsável por essa realidade formidável, à qual emprestou seu talento genial e polivalente. Porque nele se fundiam o educador, o parlamentar, o administrador, o escritor, o humanista e o patriota, é compreensível que de tão grande autor adviesse tão portentosa obra.

O trabalho de Mário Palmério prossegue em seu filho Marcelo, hoje à frente da instituição, um digno continuador. Tem ele sabido, na realidade, fazer com que a UNIUBE acompanhe os novos tempos, sempre sob a inspiração dos nobres ideais que orientaram o ilustre fundador. Ao Professor Marcelo Palmério, apresentamos nossos cumprimentos, os mais calorosos, que estendemos aos corpos docente, discente e administrativo da Universidade.

A cidade de Uberaba tem sobejos argumentos para ater-se a certo ufanismo, entendendo-se o termo como justa constatação dos feitos de sua gente e não, o cultivo da inútil vaidade.

Nesse contexto privilegiado se insere a nossa querida UNIUBE, ao projetar para o Brasil e para o exterior uma imagem de padrão de ensino realmente excepcional. Por tudo isso é que, na qualidade de uberabense, de ex-aluno e também representante de Uberaba e de sua região nesta Assembléia, estamos nos associando à emoção e ao significado da homenagem, que assinala cinco décadas de contínua e frutífera atividade em prol do ensino superior em nosso País.

Fiz essa homenagem, hoje, Deputado Adelmo, exatamente porque amanhã, no momento em que toda a Assembléia Legislativa de Minas estiver prestando a sua homenagem à UNIUBE, não poderei estar presente, em função de um compromisso que terei em Brasília.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Romeu Queiroz, Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, membros da imprensa, visitantes, peço vênia aos Srs. Deputados para proceder à leitura de uma carta que foi fruto de um trabalho de uma reunião realizada anteontem, em Montes Claros. (- Lê:)

"Sr. Governador, nós, Prefeitos do Norte de Minas, representantes dos municípios que integrarão a Barragem de Irapé, vimos solicitar de V.Exa. todo o empenho no sentido de agilizar os procedimentos dessa importante obra. A audiência pública solicitada pelo DNAEE foi realizada na cidade de Cristália, e todas as exigências de ordens técnicas foram cumpridas, restando apenas os últimos procedimentos para a implantação do canteiro de obras, grande sonho de nossa gente.

Queremos ainda manifestar nossa preocupação e nossa discordância quanto às colocações feitas pela Fundação Palmares (Brasília, DF) que, apresentando estudos sobre escravos na localidade de Porto Coriz (Distrito de Acauã) - Município de Leme do Prado, tentam impedir a construção de Irapé. É importante salientar que todas as cidades norte-mineiras apoiam a construção da barragem, por entenderem que o empreendimento é vital e fundamental ao desenvolvimento do Norte de Minas e, talvez, a única oportunidade de efetivo progresso para uma das regiões mais carentes de todo o Estado.

Na certeza de que V. Exa. saberá conduzir com firmeza a solução desses impasses, manifestamos nosso reconhecimento e apoio à forma democrática e eficiente com que vem administrando nossa Minas Gerais". Assinam os Prefeitos de Grão-Mogol, Botumirim, Josenópolis, Cristália, José Gonçalves de Minas, Virgem da Lapa e Leme do Prado, bem como todos os Deputados Estaduais votados na região norte-mineira e os representantes daquela área do Estado.

Faço esse alerta, nobres colegas Deputados, povo de Minas Gerais, para mostrar que, muitas vezes, o radicalismo de algumas instituições pode barrar e atrapalhar empreendimentos vitais ao Estado de Minas Gerais, como esse que é a construção da Barragem Hidrelétrica de Irapé do vale do Jequitinhonha, no Norte de Minas. É um empreendimento de US\$500.000.000,00, e sobre ele já existe um estudo feito, ao longo dos últimos quatro anos, de todas as questões levantadas, sejam elas ambientalistas, econômicas, de viabilidade

administrativa. Enfim, Irapé já vem sendo debatida ao longo dos últimos quatro anos. E todas as etapas que foram exigidas pela FEAM, pela COPAM, pelo DNAEE e por vários outros órgãos ambientalistas, sem exceção, foram superadas com base em estudos bem feitos, programados e bem pormenorizados das instituições governamentais, onde destacamos a participação decisiva da CEMIG nesse caso específico de Irapé.

O processo de licitação estava marcado para o mês de dezembro, e o grupo de empresas lideradas pela CEMIG já estava fechado; enfim, a licitação ia ser colocada pelo DNAEE, órgão do Governo Federal, para dar início às licenças de operação e instalação da Barragem de Irapé. Aparecem, então, os estudos da Fundação Palmares, um órgão de Brasília, dizendo que não será possível a abertura do processo licitatório da Barragem de Irapé, porque a Constituição Federal assegura a área de preservação de quilombo remanescente na região de Acauã, Município de Leme do Prado.

Sr. Presidente, V. Exa. é um representante legítimo daquela região, V. Exa., Deputado Romeu Queiroz, tem conduzido todos os estudos e reuniões de conciliação nesta Casa e é o denominador comum, para que possamos levar a Irapé para a frente.

Observamos, Sr. Presidente, que, quando os estudos estavam progredindo, e o processo licitatório já estava marcado para o mês de dezembro, aparecem essas suposições - porque tudo não passa de suposições - da existência de um quilombo remanescente na região de Acauã, Município de Leme do Prado, e o processo tem a sua seqüência interrompida, nesse momento.

Os Prefeitos representantes, que não concordam e nunca poderiam concordar, acionaram os parlamentares, e, dentre os Federais, o Deputado do PT, que tem procurado, em Brasília, conduzir o processo e manter contatos com a Fundação Palmares, para mostrar a incoerência e o ato de irresponsabilidade para com a região do Norte de Minas e a região do vale do Jequitinhonha.

Não podemos aceitar, falo em meu nome e em nome desta Casa, que um empreendimento dessa natureza possa ter uma solução de continuidade por indícios e acusações infundadas, e digo mesmo, irresponsáveis da Fundação Palmares, de Brasília, para poder interromper a construção de uma barragem de R\$500.000.000,00, que vai tirar, literalmente, a região do Jequitinhonha da miséria em que se encontra, e que vai proporcionar ao Jequitinhonha e ao Norte de Minas uma das poucas oportunidades efetivas de desenvolvimento e progresso. E vemos um absurdo dessa natureza em pleno final do século XX, colocando em risco um empreendimento de tamanha envergadura. Colocamo-nos frontalmente contra esse ato de irresponsabilidades. Recorreremos a Brasília, aos Srs. Deputados Federais e traremos todos os Prefeitos a Belo Horizonte, para que eles possam mostrar à opinião pública mineira e ao Governador Eduardo Azeredo que não aceitam as coisas da forma como que estão sendo colocadas.

Esta Casa, nesta tarde, apresenta com veemência o seu protesto. Não somos contra a cultura negra neste País. Não somos contra a preservação dos sítios ambientais e culturais deste País, mas não podemos concordar com tamanho disparate, com tamanha irresponsabilidade, colocando em risco um empreendimento dessa natureza.

Peço, Sr. Presidente, a V. Exa., que, como já disse, tem sido o denominador comum, o ponto de equilíbrio e tem demonstrado toda a sua coerência e liderança na condução do início dos trabalhos para a barragem de Irapé, que coloque oficialmente esta Casa nessa briga - porque considero isso uma briga - e mostre a posição do parlamento mineiro. E convoque o parlamento nacional, nas pessoas dos nossos Deputados Federais, porque estamos no iminente risco de ver ir por "água abaixo" esse grande empreendimento.

Na semana que vem, estaremos aqui em Belo Horizonte com o Governador Eduardo Azeredo e o Vice-Governador Walfrido dos Mares Guia, solicitando um posicionamento firme e oficial da FEAM, dos órgãos ambientalistas e dos órgãos que cultuam as diversas culturas deste País, dentre elas a cultura negra.

Fica o nosso protesto. Um protesto de um Deputado que está cansado de ver o Jequitinhonha servir de palco para a demagogia barata, servir de palco para as caravanas demagógicas e agora, diante da única perspectiva de desenvolvimento e progresso daquela região, assistimos a todo esse trabalho, toda a esperança de um povo, todo o sonho de um povo ser bruscamente interrompido em favor de suposições, em favor de colocações demagógicas da Fundação Palmares, de Brasília, que não conhece a realidade da região, nunca esteve lá e, irresponsavelmente, quer nos privar de um dos maiores investimentos, principalmente na região mais carente, mais pobre, mais explorada de Minas Gerais, que é o vale do Jequitinhonha. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, profissionais da imprensa, ontem ocupamos esta tribuna e não pretendíamos ocupá-la na tarde de hoje, mas fomos surpreendidos, à noite, com um comunicado do Governador do Estado, por meio de seu Líder nesta Casa, Deputado Péricles Ferreira, de que seria esticada ainda mais a escala de pagamento dos servidores públicos.

Surpreendidos por quê? Em primeiro lugar, ontem os servidores comemoravam o seu dia. E ontem o Governador, para homenageá-los e presenteá-los - e não poderia ser diferente, na calada da noite -, dá a notícia de que o pagamento dos salários será atrasado em até 25 dias. Esse é exatamente o presente que foi dado aos servidores públicos no seu dia.

O Deputado Arnaldo Penna (Em aparte)* - Deputado Gilmar, V. Exa. se refere a essa possibilidade, que de fato existe, de haver algum atraso na listagem, ou na ordem do pagamento. Mas o Governo deste Município de Belo Horizonte, do qual o partido de V. Exa. faz parte, pois o Secretário da Fazenda Municipal pertence ao PT, não só tem atrasado o pagamento como tem pago parcialmente os salários: parte num mês, parte no mês seguinte, e, aliás, pelo que se anuncia na imprensa, o Governo desta cidade, do qual o partido de V. Exa. faz parte, também está pleiteando empréstimos, segundo notícias, de R\$80.000.000,00 para pagar a folha de pagamento.

Então, não há novidade quando o poder público se mostra em dificuldade, como realmente se encontra, e, por causa disso, tem alguma necessidade de adiar o pagamento dos salários.

Mas V. Exa. também deve saber que mais de 140 mil servidores públicos municipais vão receber exatamente na data anteriormente estabelecida. Não há alteração nessa data. Deve-se reconhecer que até o Governador de um Estado, que era do partido de V. Exa., atrasou mais de 3 ou 4 meses o pagamento do funcionalismo.

V. Exa. pode dizer que ele deixou de pertencer ao partido. Mas ele, muito antes, já possuía dificuldades dessa mesma natureza, no que diz respeito ao pagamento dos salários dos seus servidores.

Aliás, há que se dizer que o movimento da Polícia Militar em Minas Gerais, que pareceu ser o início de movimentos de reivindicação no País, não o foi na verdade. Muito tempo antes - lembro-me bem disso -, eu ouvia uma transmissão esportiva, quando a seleção brasileira jogava no Espírito Santo, então administrado por um Governador do partido de V. Exa., e informaram que os militares estavam em greve porque não recebiam os seus salários.

Então, V. Exa. não deve ocupar a tribuna para fazer arguições dessa natureza, quando deve saber muito bem que os problemas não são localizados apenas no Estado de Minas Gerais, mas muito além, e hão de ser enfrentados, não só com discurso na tribuna, não só com espaço na imprensa, não só com aparição na mídia, mas com um projeto, com uma proposta, com uma fórmula que possa resolvê-los. Não é apenas usando os meios de comunicação, uma forma de se opôr a uma administração, que se há de resolver esses problemas. A oposição pela oposição não nos levará a lugar nenhum.

Aliás, ainda ontem, quando conversava com o Deputado Geraldo Nascimento, de seu partido, ele dizia que, ao assumir a Prefeitura de Timóteo, teve de enfrentar graves problemas com os trabalhadores daquele município. Pela primeira vez, quando Prefeito de Timóteo, enfrentou uma greve naquele município.

O Sr. Presidente (Deputado Francisco Ramalho) - A Presidência comunica ao Deputado Arnaldo Penna que seu tempo de aparte encontra-se esgotado.

O Deputado Arnaldo Penna (Em aparte) - Já termino, Sr. Presidente. Ele dizia das dificuldades que enfrentou, e isso não é novidade, não é exclusividade de ninguém. São problemas que não só Minas Gerais e o Brasil enfrentam, mas também o mundo inteiro.

O Deputado Gilmar Machado - Muito obrigado, nobre Deputado Arnaldo Penna. V. Exa. vai nos permitir dar alguns esclarecimentos, pois, por ser do interior, não conhece a

realidade de Belo Horizonte.

Nobre Deputado, a informação que V. Exa. recebeu é equivocada. V. Exa. vem ao microfone falar uma inverdade. As suas fontes não são verdadeiras. A imprensa divulgou que o que está acontecendo em Belo Horizonte é que o pagamento foi parcelado na primeira quinzena. Todo mundo recebe em duas vezes, mas dentro dos primeiros quinze dias. Portanto, isso demonstra que V. Exa. está equivocado em suas informações.

A segunda questão V. Exa. colocou bem: no Estado do Espírito Santo, o Governador Vítor Buaziz assumiu com os salários atrasados por três meses, mas, hoje, eles estão apenas dois meses atrasados. O Governador Eduardo Azeredo, por sua vez, assumiu o Governo de Minas Gerais sem um dia de atraso no pagamento dos salários dos servidores, mas, hoje, eles estão atrasados há 25 dias. Essa é a diferença: nos outros Estados estão corrigindo os salários, mas, em Minas Gerais, ao contrário, os problemas estão se agravando.

É esse o Governo tucano de Minas Gerais. E aí, nobre Deputado, não há como negar: o Governador Eduardo Azeredo é incompetente, sim. Ele fez, sim, na calada da noite de ontem, no Dia do Servidor Público, o anúncio. É só ler o "Minas Gerais" de hoje, nobre Deputado. Se V. Exa. ainda não teve tempo, basta pegar o jornal e conferir.

Outra coisa: V. Exa. está enganado. Enganaram-no, Deputado, dizendo que os servidores vão receber os 45% no mesmo dia. Não é isso que está publicado no "Minas", não. V. Exa. foi enganado. O Governador mandou-lhe informação equivocada. É só ler o "Minas Gerais". Está aqui. Pegue-o e leia-o. O Governador ou a sua assessoria está lhe enviando informação equivocada, o que o expõe ao ridículo ao vir ao microfone. Isso é ruim, nobre Deputado.

Gostaria de dizer, então, para o povo de Minas que assiste ao Canal 40, que o Líder do PSDB, o Líder do Governo foi enganado. Ele estava achando que seriam recebidos os 45% no primeiro dia, mas não é isso que vai acontecer, não. Os 45% serão recebidos no quinto dia, nobre Deputado Arnaldo Penna. Faça questão de informá-lo. Está escrito no "Minas Gerais". O que lhe aconteceu agora demonstra que o Governador tem tido pouco cuidado, pouco zelo ao informar os Líderes do PSDB nesta Casa, que vêm ao microfone com informações equivocadas. Isso é lamentável.

V. Exa. é um grande Deputado, mas, infelizmente, recebe informações do Governador e se esquece de ler o "Minas Gerais". Ele pode estar falando uma coisa com V. Exa. e escrevendo outra no jornal. Esse é o órgão oficial. Aqui, não temos outra imprensa.

Outra coisa, nobre Deputado Arnaldo Penna: nós falamos, eu falo é com a imprensa de Minas Gerais. Eu não ponho matéria paga nos jornais do Rio de Janeiro sem fazê-lo em Minas Gerais. Está aqui na revista do dia 12 de outubro. Nós falamos é com a imprensa e com o povo de Minas Gerais. Nós não pegamos o dinheiro de Minas para mandar para o Rio de Janeiro, pagando uma revista de 42 páginas, sem que ninguém saiba quanto custou. É isso, nobre Deputado Arnaldo Penna, que eu gostaria que o pessoal do PSDB viesse aqui explicar. Será que o "Estado de Minas", o "O Tempo", o "Diário da Tarde", o "Diário do Comércio" ou o "Hoje em Dia" não têm condições de fazer um material desses? Nós precisamos de pagar ao "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, para fazer uma matéria, mandando ICMS para lá? É por isso que o ICMS diminui em Minas Gerais. O Governador de Minas pega o dinheiro daqui e manda para outros Estados. É esse o problema, nobre Deputado Arnaldo Penna, Líder do PSDB. É essa a crítica que fazemos ao PSDB. Seu partido está pegando o nosso dinheiro para sustentar o Estado do Rio de Janeiro e jornais de outros Estados, em detrimento do povo de Minas, diminuindo a arrecadação daqui.

Além disso, nobre Deputado Arnaldo Penna, está aqui, no jornal...

O Deputado Arnaldo Penna - V. Exa. vai me permitir um aparte?

O Deputado Gilmar Machado - Eu já lhe dei um aparte, Deputado Arnaldo Penna. V. Exa. deve se inscrever para utilizar seu tempo e colocar o que tem para falar.

O Deputado Arnaldo Penna - Se V. Exa. não vai permitir o aparte, não adianta se dirigir a mim.

O Sr. Presidente (Deputado Francisco Ramalho) - A palavra está com o Deputado Gilmar Machado. A Presidência informa ao Deputado Arnaldo Penna que o orador não lhe concedeu um novo aparte.

O Deputado Arnaldo Penna - Mas ele não está usando democraticamente seu horário.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Arnaldo Penna que ele poderá se inscrever para falar logo após o orador.

O Deputado Gilmar Machado - O nobre Deputado Arnaldo Penna parece que desconhece o Regimento Interno. Ele já teve o aparte e, inclusive, ultrapassou os 3 minutos. Vamos estudar o Regimento, porque isso faz parte do nosso trabalho na Casa. E eu já lhe concedi o aparte. Gostaria que V. Exa. subisse aqui na tribuna para falar sobre o assunto balanço no Estado. Está aqui o livro para todo o mundo ver, para o povo de Minas verificar: gastos com publicidade no ano passado: R\$30.000.000,00; gastos com a educação infantil do Governo Eduardo Azeredo - a prioridade - R\$22.000.000,00. Eu pergunto, Deputado Arnaldo Penna, Líder do PSDB, explique para o povo de Minas esses dados do balanço. São R\$30.000.000,00 gastos com publicidade e R\$22.000.000,00 gastos com a educação infantil. Todo o mundo está vendo pela televisão que a educação infantil é a prioridade desse Governo. Pergunto ao PSDB: é essa a prioridade?

Ocupamos a tribuna nesta tarde porque o servidor público não pode ocupar esta tribuna. Mesmo com o novo Regimento Interno, com uma emenda apresentada pelo Deputado Adelmo Carneiro Leão, não se permitiu que a tribuna fosse livre. Mas nós vamos vir aqui, sim. Podem nos chamar de corporativos ou do que for. Mas não vamos assistir passivamente a esse arrocho que o Governo de Minas impõe ao servidor, atrasando seus salários. E esses servidores ainda têm que pagar juros quando se atrasam no pagamento de suas contas porque o Governo atrasa seus salários. Vamos continuar falando, sim, porque a tribuna é o espaço que ainda temos. Ou o PSDB agora vai querer nos proibir de falar? Vão querer fazer isso também? Enquanto tivermos voz e este espaço aqui, vamos falar e protestar contra o Governo do Estado, porque sou Deputado Estadual.

Questiono também a Prefeitura de Belo Horizonte, assim como questiono pessoas do meu partido, porque não tenho aquela visão de que só porque a pessoa pertence ao meu partido está fazendo tudo certo. Se fizer errado, vamos criticar também. Criticamos a mudança que está sendo feita na administração de Célio de Castro. Temos dito que é preciso reverter esse quadro, pois os servidores públicos não podem continuar responsáveis pelos problemas que não são deles. Os servidores públicos continuam sem reajuste, e os servidores desta Casa sabem muito bem disso. Espero que se mantenha a palavra do Governador no que diz respeito a manter o atraso das subvenções, pois seria um contra-senso continuar atrasando o salário dos servidores enquanto se resolve o problema interno da Casa. Entendemos que isso seria uma imoralidade. Portanto, espero acreditar - e ainda acredito - na palavra do Governador.

Gostaria de encerrar o meu pronunciamento afirmando que quero discutir o que está escrito nos balanços. Queria que V. Exa. e os que viessem aqui pudessem dizer que esses balanços estão equivocados, pois foram assinados pelo Governador do Estado. Gostaria que vocês discutissem o que está colocado aqui. Esse é o debate que gosto de fazer: o debate do que está escrito. Não peguei dados de outro lugar não, Deputado. Peguei os dados do balanço geral do Estado, que V. Exa. conhece, e também os dados examinados pelo Tribunal de Contas, que estaremos votando aqui. É exatamente baseado nesses dados que continuo afirmando a minha posição. Entramos com alguns requerimentos e queremos ver o fluxo de caixa do Governo nesses últimos meses. Na televisão, a propaganda nos mostra que Minas está recebendo investimentos, está crescendo e está apresentando melhora em todos os setores. Mas, se tudo está melhorando, por que se atrasa o salário dos servidores? Isso é um contra-senso. Vamos parar de fazer propaganda enganosa e passar para discussão séria. Assim, aceitamos o debate, sem essas propagandas enganosas, que nada têm a ver com verdade. Vamos fazer publicidade para o nosso Estado, por que aqui temos jornais eficientes, uma imprensa eficiente, e não precisamos desviar os nossos recursos para outros Estados. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos aqui, agora, devido à impossibilidade de fazermos intervenção durante os discursos dos Deputado Miguel Martini e Irani Barbosa, embora o Regimento nos faculte um aparte de 3 minutos, pois estaríamos quebrando o raciocínio dos parlamentares e, também, usando um tempo exíguo para não chegar a lugar nenhum.

Gostaríamos de estar falando para as galerias que ouviram o Deputado Miguel Martini abordar a questão do aborto. Queríamos partilhar com o sentimento desse Deputado no que se refere ao aborto por vários aspectos. Há o aspecto profissional, uma vez que nós, no exercício da Medicina, por mais de 20 anos, sempre nos contrapusemos a essa prática. Temos, como médico obstetra, a consciência tranqüila do exercício de uma profissão com lisura e profissionalismo e de uma conduta comprometida com a ética médica. Jamais pactuamos com aqueles que poderiam estar praticando o aborto, pois somos contrários a ele. Porém, algo não foi abordado nesta tribuna, hoje, e gostaria que, agora, as galerias estivessem repletas como no momento em que falava o Deputado Miguel Martini. Gostaria que estivessem presentes principalmente aqueles de posicionamento religioso. Na verdade, gostaríamos de dizer que somos totalmente favoráveis à lei aprovada pelo Congresso Nacional há poucos dias, antes vetada pelo Presidente da República, cujo veto foi derrubado devido a um trabalho de sua esposa, D. Ruth Cardoso, aqui criticada por sua fala sobre o aborto. Somos contrários, sim, ao aborto, mas integralmente favoráveis à lei do planejamento familiar.

E, neste País, hoje, até nas escolas públicas de Minas Gerais - onde S. Exa. o Secretário João Batista dos Mares Guia diz que não há mais necessidade de construção de salas de aula, porque a população mineira está em decréscimo -, devemos dizer que isso aconteceu graças aos médicos brasileiros que tomaram a iniciativa de, nas salas de cirurgia dos hospitais, darem guarida à mulher brasileira pobre, paupérrima, desprotegida e de fazer nela a esterilização cirúrgica, a popular laqueadura de trompas. E é graças a uma maioria de médicos abnegados que a população deste País não explodiu, porque contou com a nossa colaboração, com médicos, tenho a certeza, como o Deputado Carlos Pimenta, como nós, e como outros médicos sensíveis à mulher pobre, que necessita de planejamento familiar, e não tem acesso a métodos como a colocação de dispositivo intra-uterino, diafragma e outros métodos anticoncepcionais, e, até mesmo, de um método tão banalizado, como o uso do cóndom ou camisinha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendemos que a lei do planejamento familiar estendida aos hospitais públicos é uma grande conquista do povo brasileiro, porque não é só a mulher brasileira que se beneficiará de meios contraceptivos, mas também o cidadão que necessita, muitas vezes, da realização de uma cirurgia chamada vasectomia. Tenho a certeza de que vamos manter os patamares de crescimento demográfico no qual estamos - em nível de 2.0 - e que a população brasileira, que era, por longo período, considerada população de um país jovem, isto é, com uma curva de crescimento com padrão de jovens, tem de se preparar com o planejamento familiar que já chegou e continuará sendo praticado através da nova legislação, porque este País vai ter a sua curva de crescimento demográfico invertida. Vamos ser um País de velhos e temos de atentar para a previdência social e a assistência ao idoso. Isso é muito importante, porque não podemos pregar demagogicamente uma coisa, e não nos preparar para outra. Estamos de olhos abertos para acompanhar as mudanças do sistema previdenciário no Congresso Nacional. Muitas delas são necessárias, porque não podemos pactuar com o cidadão aposentando-se na faixa de 40 anos, seja ele de que profissão for. Acredito que, com uma previdência em que se combinará aposentadoria por idade com aposentadoria por tempo de contribuição, chegaremos à justiça, porque acredito que os privilégios estejam mesmo em cidadãos que ocupam cargos importantes, onde essa aposentadoria chega como privilégio. E cidadãos que poderiam estar contribuindo para a Pátria aposentam-se e vão arrumar outros "bicos", aposentados esses que estão numa faixa tão produtiva como a idade dos 40.

O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte) - Deputado Marco Régis, V. Exa. sempre se destaca nesta Casa pela seriedade e importância dos assuntos que traz a esta tribuna, a esta Casa de reflexão, de lei, a esta Casa parlamentar. Ao expor a situação da previdência em nosso País, das aposentadorias, V. Exa., sem dúvida, quer consertar o que está errado; V. Exa., sem dúvida, clama pela justiça.

Aproveito a carona na sua fala, porque é carona concedida por homem dos mais probos desta Casa, para dizer a V. Exa. que estamos encaminhando, e já foi protocolado nesta Casa, um requerimento onde está escrito que a justiça exalta as nações, mas a corrupção é a poluição, é a vergonha dos povos. Vou ler para V. Exa. o requerimento. (- Lê requerimento em que solicita seja instaurada uma CPI para, no prazo de 120 dias, apurar a instalação e a exploração de garimpos nos rios e territórios do Estado de Minas Gerais e seus efeitos devastadores e corruptores.)

Estamos sendo desmoralizados lá fora pelo nosso descaso para com os rios, o meio ambiente, o ecossistema. O impacto ambiental causado pela exploração do garimpo nos nossos rios é enorme. Hoje, mesmo, fui informado por um jornalista de que, só no rio Paraíba, existem, aproximadamente, 60 balsas de garimpo, causando uma devastação total. Pasmem os senhores, no Parque Nacional da Serra da Canastra, na cabeceira do rio São Francisco, o maior rio de integração nacional, constata-se a exploração devastadora e criminosa de garimpos, o que, diga-se de passagem, além de envergonhar o Estado diante da opinião pública nacional e mundial, ameaça destruir e devastar integralmente a ictiofauna do nosso tão querido rio São Francisco.

Parabenizo V. Exa., assim como todos os Deputados que, conscientes de que estão a serviço de Deus e do povo, assinaram esse requerimento depois de o lerem e não retiraram as suas assinaturas porque estão empenhando a palavra em prol do bem-estar do nosso povo, pela conservação dos nossos rios. Parabéns e muito obrigado por me conceder este aparte.

O Deputado Marco Régis - Agradecemos o aparte de V. Exa. e o parabenizamos por ser um dos baluartes na defesa do meio ambiente nesta Assembléia Legislativa.

Prosseguindo, gostaria de me dirigir ao meu amigo e nobre colega, Irani Barbosa. Mesmo tendo a certeza de que não terei tempo suficiente para falar do assunto, gostaria de dizer que, sem procuração para defender o Prefeito Célio de Castro, acho que V. Exa. tem razão de condenar a implementação do rodízio de veículos no mês de dezembro, pois, na verdade, poderia ser proposta uma nova data. O rodízio de automóveis já é uma medida consagrada na Capital paulista, a maior metrópole brasileira, e em outros países. Na verdade, o rodízio é uma defesa das cidades contra o excesso de veículos, contra a poluição, poluição esta que, inadvertidamente, V. Exa. uma vez aqui quase defendeu, quando incitava a fabricação de motosserras e a diminuição de árvores, de que tanto necessitamos para a preservação do meio ambiente. Não entrarei no mérito da questão dos países do Leste europeu porque o tempo não me permitirá a defesa e a entrada no mérito ideológico do problema. Fica para outra oportunidade. Muito obrigado.

O Deputado Irani Barbosa (Em aparte)* - O meu nome foi citado, e eu pediria a liberalidade de V. Exa. para responder. Eu gostaria de dizer apenas o seguinte: mencionei São Paulo porque essa cidade esgotou todas as possibilidades de realizar obras para fazer fluir o tráfego. Belo Horizonte é questão de pura incompetência, pois teria condições de fazer tudo que quisesse para melhorar. Quando falei da questão de ambientalismo, falei contra a frescura de alguns ambientalistas que falam em manter Mata Atlântica dentro do cerrado de Minas Gerais. Ai, o senhor há de convir que não falei dos ambientalistas. Não sou a favor do desmatamento na totalidade, mas que se mantenha o racional. Sinto muito, mas frescura de ambientalista eu não vou agüentar.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, o Projeto de Resolução nº 1.077/96, que trata do Regimento Interno da Assembléia, tem o meu voto e o da minha bancada favoráveis. Nós só discordamos em um ponto. No que diz respeito ao Regimento, entendemos que houve avanços. Ele é extremamente positivo, também porque corrige distorções, como veremos daqui a pouco. Está em minhas mãos e será lida posteriormente uma decisão que não permite mais a tramitação do Projeto de Lei nº 1.300/97, que trata do caso dos policiais militares e civis. Há uma incorreção no atual Regimento, e, mesmo com essa correção, os policiais militares serão prejudicados e não terão mais seu projeto tramitando. Mas entendo que houve avanços. Parabenizo a comissão dos Deputados que preparou o Regimento sob a coordenação do Deputado Sebastião Navarro Vieira, a Deputada Maria José Hauelsen, a Mesa, que iniciou esse trabalho, a assessoria, que realmente trabalhou muito bem na montagem do novo Regimento Interno, que nos dará maior agilidade, que nos possibilitará dinamizar ainda mais os trabalhos desta Casa, fazendo com que novas comissões surjam, com novos critérios de composição de Lideranças e assim por diante. É um Regimento extremamente avançado. É um Regimento muito bom, no meu ponto de vista. Eu gostaria que outras questões fossem tratadas, como, por exemplo, a tribuna, mas não é possível obtermos tudo aquilo que queremos. Estamos em uma Casa com 77 Deputados, e, evidentemente, cada pessoa tem seu posicionamento. Só queria me posicionar contrariamente a uma das emendas. Na redação final, eu não teria condições regimentais de solicitar a votação destacada da Emenda nº 51, para que tivéssemos condições de votar o Regimento e votar contrariamente a essa emenda. Sei que regimentalmente não posso fazer isso; então, não vou dificultar para a Mesa, vou apenas externar meu posicionamento. Ao me levantar contra o Regimento, não estarei votando contra o Regimento, estarei votando contra a Emenda nº 51. A Emenda nº 51 foi apresentada fora de hora, numa emenda que trata de outro assunto e que vai agora, inclusive, passar por um processo

diferente, um processo de regulamentação. Só que, no meu entendimento, ela não deveria constar na Resolução nº 1.077, que se referia apenas ao Regimento. Deveria haver uma outra resolução para tratar essa questão. Em virtude da forma como ela foi apresentada, não nos possibilitando um debate, uma discussão, é que eu, pessoalmente, e também a Bancada do PT estaremos nos posicionando contrariamente a essa emenda. Gostaríamos de deixar registrado nos anais da Casa e para todas as pessoas que nós discordamos. Não temos nada contra que as pessoas que se aposentam possam voltar à atividade, até mesmo em cargos de recrutamento amplo. Mas, da forma como está aqui, trata-se de recrutamento limitado. Entendemos que, da forma como foi apresentada, não deveria constar nesse Regimento Interno. Em virtude disso, então, posicionamo-nos contrariamente e gostaríamos de deixar aqui registrado o nosso posicionamento e o da nossa bancada. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 29/10/97, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.216, de 1995, 1.425, 1.472, de 1997, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Anderson Aduino

exonerando Sissi Pinheiro Barbosa do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18;

nomeando Antônio Roberto Winter de Carvalho para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18.

Gabinete do Deputado Antônio Roberto

nomeando Sissi Pinheiro Barbosa para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18.

Gabinete do Deputado Wilson Trópia

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", edição de 1º/11/97, que nomeou Ísis Monteiro de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13;

nomeando Arlete do Espírito Santo Azevedo para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.090, de 29/12/90, 5.132, de 31/5/93, e 5.134, de 10/9/93, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 970, de 14/9/93, 1.225, de 14/6/95, e 1.390, de 17/2/97, assinou os seguintes atos:

dispensando, a partir de 1º/11/97, Alexandre Costa Pereira da Função Gratificada de Nível Superior, com exercício na Coordenação de Saúde e Assistência;

dispensando, a partir de 1º/11/97, Rosane Campos Vieira da Função Gratificada de Nível Médio, com exercício na Área de Comunicação Social.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, e nos termos do art. 21 da Resolução nº 5.086, de 31/8/90, c/c o disposto no art. 7º da Resolução nº 5.123, de 4/11/92, assinou o seguinte ato:

exonerando Eliane Bahmed Leite Enoch do cargo em comissão e de recrutamento limitado de Assessor, padrão S-03, código AL-DAS-1-01, com exercício na Área de Comunicação Social.

Aviso de Licitação

Resultado de Julgamento de Licitação

Convite nº 116/97 - Objeto: aquisição de veículo tipo perua - Licitante vencedora: Jorlan BH Ltda.

TERMOS DE CONTRATO

Termo de Convênio

1ª conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª conveniente: Câmara Municipal de Belo Horizonte. Objeto: aprimoramento profissional da Câmara Municipal de Belo Horizonte por meio de cursos de processo legislativo e técnica legislativa, a serem ministrados pela Escola do Legislativo da ALEMG. Vigência: de 1º/10/97 a 15/12/97. Assinatura: 8/10/97.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: UNIMED Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Objeto: serviços médico-hospitalares. Objeto deste termo aditivo: alteração. Vigência: a partir de 29/10/97. Assinatura: 29/10/97.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM. Objeto: prestação de serviços de trabalhadores mirins. Objeto deste termo aditivo: 1ª prorrogação. Vigência: de 1º/11/97 a 1º/11/98. Assinatura: 29/10/97.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Empresa de Transportes Apoteose Ltda. Objeto: transporte urbano de pequenas cargas e encomendas. Objeto deste termo aditivo: redução de preço. Assinatura: 29/10/97.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Termos de Convênio que entre si celebram a Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais e as entidades abaixo discriminadas, cujo objeto é a concessão de subvenção social e auxílio para despesa de capital

Convênio Nº 01541 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Monte Azul - Monte Azul.

Deputado: Cleuber Carneiro.

Convênio Nº 01543 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Moradores Bairro Sao Jose - Japaraiba.

Deputado: Maria Olivia.

Convênio Nº 01546 - Valor: R\$24.000,00.

Entidade: Prefeitura Municipal Itanhandu - Itanhandu.

Deputado: Bilac Pinto.

Convênio Nº 01547 - Valor: R\$1.500,00.

Entidade: Cruzeiro Futebol Clube - Carlos Chagas - Carlos Chagas.

Deputado: Wilson Pires.

Convênio Nº 01548 - Valor: R\$3.000,00.

Entidade: Liga Desportiva para Minas - para Minas.

Deputado: Antonio Julio.

Convênio Nº 01549 - Valor: R\$2.000,00.

Entidade: Associacao Comun. Bairro Sao Cosme - Santa Luzia.

Deputado: Geraldo Nascimento.

Convênio Nº 01550 - Valor: R\$5.000,00.

Entidade: Conselho Desenv. Comun. Distrito Gloria Cataguases - Cataguases.

Deputado: Tarcisio Henriques.

Convênio Nº 01551 - Valor: R\$6.000,00.

Entidade: Associacao Moradores Bairro Primavera Adjacencias - Cataguases.

Deputado: Tarcisio Henriques.

Convênio Nº 01552 - Valor: R\$2.200,00.

Entidade: Associacao Comun. Jose Luiz - Barbacena.

Deputado: Jose Bonifacio.